



Lavenère Wanderley

Arquivo

Constituinte ainda provoca divergências

Da sucursal de
BRASÍLIA

Uma Assembléia Constituinte integrada por biônicos, convocada por meio de um projeto de resolução e não de emenda à Constituição, foi a tese sustentada na conferência pronunciada esta semana por Afonso Arinos de Melo Franco, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que mais provocou discordâncias tanto das lideranças do governo como da oposição.

O senador Aloysio Chaves, vice-líder do governo, afirma que dotar o próximo Congresso, a ser eleito em 1982, de poderes constituintes, é uma solução válida e indispensável para a crise institucional. Mas, no seu entender, a idéia somente poderá prosperar se houver, não apenas consenso entre os partidos políticos, mas também a concordância do Poder Executivo. "Impõe-se, realmente, a elaboração de uma nova Constituição. Não podemos mais somar os pedaços desta Constituição, juntá-los, soldá-los de uma maneira quase artificial. A permissão para que se alterasse a Constituição por maioria simples resultou em um grande número de propostas de emendas, algumas inadmissíveis, outras inteiramente contraditórias com o próprio espírito da Constituição e muitas, ainda, refletindo apenas situações locais e regionais. Este tumulto constitucional precisa ser contido" — afirma Aloysio Chaves.

Para o líder em exercício do PMDB, senador Humberto Lucena, não existe na composição do Congresso a ser eleito em novembro do próximo ano uma legitimidade suficiente para assumir a condição de Assembléia Constituinte, porque um terço do Senado ainda será integrado por biônicos.

O senador Orestes Quéricia, do PMDB de São Paulo, insiste na proposta de emenda à Constituição, por sinal de sua autoria, igualmente porque a idéia de um projeto de resolução mantém inalterados os mandatos dos senadores biônicos. A emenda, que deverá ser apreciada pelo Congresso até 20 de outubro, encerra os mandatos dos biônicos com a instalação da Constituinte.

ANC 88
Pasta 80/81
048/1981

UNIFICAÇÃO

Por outro lado, o deputado Luiz Bacarini (PP-MG) apresentará emenda constitucional atribuindo ao Senado competência para legislar unicamente sobre o Estado e, à Câmara, para legislar sobre os assuntos de interesse da sociedade. A principal preocupação do parlamentar é a burocracia hoje existente no processo legislativo e a impossibilidade física, principalmente dos senadores, de cumprirem com suas obrigações.

Corroborando esta preocupação, o senador João Lúcio (PDS-AL) ocupou a tribuna, recentemente, para demonstrar as dificuldades que encontra para participar das 14 comissões que integra, todas funcionando quase ao mesmo tempo. Cada comissão mista do Congresso, por exemplo, é obrigatoriamente composta de 11 senadores e 11 deputados, que examinam as propostas de emendas constitucionais, os decretos-leis, as mensagens presidenciais e as reformas do regimento comum.

O ideal mesmo, na opinião do representante mineiro, seria a instituição do unicameralismo, "tanto é que os projetos de maior importância são votados em sessão única do Congresso".

"A tendência, como se vê — concluiu Bacarini —, é a unificação das duas Casas do Poder Legislativo para que, em ação comum, cumpram um número cada vez maior de encargos de sua competência."